

Margarida Calafate Ribeiro

A Europa vista de fora

Dois milhões de euros e oito investigadores de três países. Eis os 'números' da bolsa do European Research Council que acaba de ser atribuída à prof.^a da Universidade de Bolonha, titular da cátedra Eduardo Lourenço, e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pelo projeto *Os Filhos dos Impérios e Pós-Memórias Europeias*. Um programa de estudos de cinco anos que quer pensar a História da Europa a partir dos seus impérios

Os diários da prisão de Luandino Vieira

Ainda não foi lançado e já se pode dizer que vai ser o maior acontecimento editorial de 2015. No próximo mês de novembro, assinalando os 40 anos da Independência de Angola e os 50 da atribuição do Grande Prémio da Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores a *Luanda*, a Caminho vai lançar *Luandino Vieira: Papéis de Prisão*, edição que reproduz e contextualiza os diários que o escritor angolano escreveu quando esteve preso em Luanda e mais tarde no Tarrafal. É o resultado de um projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e coordenado por Margarida Calafate Ribeiro, em conjunto com Roberto Vecchi, professor da Universidade de Bolonha e atual presidente da Associação Internacional de Lusitanistas, e Mónica Silva, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. “É um livro muito importante para a história e as relações entre Portugal e Angola”, garante Margarida Calafate Ribeiro. “Diário muito intenso, foi escrito por um preso político que tem a perceção clara de uma nação aprisionada”, acrescenta.

A edição será dividida em dois volumes. No primeiro, os “papéis e apontamentos” escritores nas várias prisões em que Luandino esteve em Luanda, entre 1961 e 1964. A longa prisão no Tarrafal ocupa o segundo volume. “É um volume mais silencioso, porque coexistem dois registos. O do José Mateus da Graça que está preso. E do José Luandino Vieira [seu pseudónimo literário] que está a escrever toda a sua obra literária”, descreve a investigadora. “Longe de uma métrica ou estética neorealista, este diário mostra-nos a Luanda que a sociedade colonial nunca viu.” Um documento histórico “único”, sem “paralelo” no universo da língua portuguesa. JL

isso é um fantasma que se liga e desliga consoante a atividade política, os sonhos e os traumas.

Este é um projeto de estudos comparados. Com que países?

Portugal, França e Bélgica. Há vários pontos em comum, a começar pela geografia da África Austral, com o Congo belga, o Congo francês e Angola. Ao nível da ideia de país, também há ligações muito fortes, sendo a Constituição Portuguesa de 1933 um decalque da francesa. Outro elemento comparável são as ruturas que as descolonizações provocaram. Entre os três países estabelecem-se, efetivamente, muitas conexões, mesmo ao nível das estratégias de colonização. Com

Luís Ricardo Duarte

R

Romances, poemas, filmes, peças de teatro, pinturas e esculturas. Para estudar a questão colonial e seus efeitos em Portugal, Margarida Calafate Ribeiro (MCR) tem recorrido a outras fontes que não as oficiais. É nas obras literárias e artísticas que encontra a melhor descrição dos processos de memória e pós-memória, que por sua vez permitem perceber como a guerra foi vivida na primeira pessoa e por experiência indireta, por via das mulheres dos combatentes ou desertores, dos seus filhos e até do cidadão comum.

Esse projeto, que tinha como título *Os Filhos da Guerra Colonial: Pós-Memória e Representações* e deu origem a diversas antologias, vai ter agora uma segunda etapa, com nova escala e outro enquadramento. MCR foi uma das investigadoras distinguidas no último concurso do European Research Council (ERC), com uma bolsa no valor de dois milhões de euros. Nos próximos cinco anos, desenvolverá o programa de estudos *Os Filhos dos Impérios e Pós-Memórias Europeias*, comparando os impérios e conflitos coloniais da Bélgica, França e Portugal. Olhares cruzadas para pensar a Europa a partir das suas fraturas imperiais.

Jornal de Letras: O que significa receber esta bolsa?

Margarida Calafate Ribeiro: É um prémio, pelo seu valor monetário e pelo reconhecimento que implica, não só do meu trabalho mas também da equipa com que tenho trabalhado e das pessoas que têm caminhado comigo e me formaram.

É também uma forma de dizer da pertinência da sua investigação? Acredito que sim. A bolsa tem, neste momento, essa vertente. É um tema



Margarida Calafate Ribeiro Temos a obrigação de fazer o nosso trabalho científico, mas também de devolver qualquer coisa à comunidade

extremamente atual no campo das Ciências Sociais, que vem na sequência do meu projeto anterior, *Os Filhos da Guerra Colonial: Pós-Memória e Representações*, que se articulava com a literatura e a psiquiatria.

Qual era o objetivo desse estudo?

Ver de que forma os filhos dos ex-combatentes, ex-desertores ou de pessoas cujos pais não foram à guerra cresceram com as narrativas dessa mesma guerra. A pergunta era: como foi essa herança integrada nas suas identidades e na identidade do país? O novo projeto é um desenvolvimento com uma dimensão europeia.

Em que sentido?

A abrangência é maior. *Os Filhos dos Impérios e Pós-Memórias Europeias* é um campo de estudo muito mais lato. No caso português, por exemplo, estamos a falar dos filhos dos retornados, ex-combatentes ou de africanos que integraram o exército colonial português e que por isso tiveram de vir para Portugal depois da descolonização. Também ao nível da criação de um quadro teórico é um projeto

mais ambicioso, já que vamos ter de criar conceitos para pensar o que nos estudos da memória se chama pós-memória. Refiro-me às pessoas que não tendo crescido com a guerra ou a (des)colonização herdaram essa realidade através de relações familiares ou públicas.

Quantas pessoas vão estar envolvidas?

Oito. Assumirei o papel de coordenadora de uma equipa de três estudantes de pós-doutoramento e quatro de doutoramento. Será uma equipa diversificada já que a amplitude do projeto também é. Vamos abordar a História da Europa a partir das suas heranças coloniais, seguindo uma ideia que me parece muito importante. Quando pensamos em impérios europeus ultramarinos temos de ter presente que grande parte da História da Europa passou-se fora da Europa. O palco foi outro. Desde a II Guerra Mundial, associamos o Sul à descolonização e a Europa ao Plano Marshall. A minha tese é que para pensar a Europa temos de falar também em descolonização.

Porquê?

Porque os movimentos de descolonização refluem na Europa, ao ponto de influenciarem a própria fundação da Comunidade Económica Europeia, que é sem dúvida uma grande operação de *peacebuilding*, como se diz nos estudos para a paz. A associação do eixo franco-alemão e depois de outros países foi de facto um caminho para se conseguir a paz. Recorrendo à unificação interna, foi também o meio através do qual a Europa começou a preencher o esvaziamento provocado pela descolonização e reencarnar-se como possível centro do mundo, já não planetariamente, mas como referência política. É possível encontrar outros reflexos da descolonização ao observar o que aconteceu em França nos ataques ao jornal *Charlie Hebdo* e a adesão aos movimentos radicais. Tem tudo a ver com as guerras e com a herança colonial. São pessoas com uma identidade dupla, à procura de uma reidentificação com a Europa.

Usa-se a palavra "trauma" para falar de ex-combatentes. A Europa também tem os seus traumas?

De alguma forma sim. Sobretudo, é preciso lembrar que uma das linhas políticas e históricas que une a Europa de Portugal à Turquia é a sua vocação imperial. O modelo português de Império é claramente ultramarino. Mas há outros. Da Alemanha para leste vimos surgir impérios que passavam pela anexação do próximo. Nos dois casos, no entanto, a base é a mesma: a subalternização do outro por motivos civilizacionais. Num mundo policêntrico, a Europa deixou de ser o centro. E hoje tem de se reajustar e lidar com as fraturas provocadas pelo seu novo papel. O conceito de fratura colonial (título de um livro de Nicolas Bancel, Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire) é muito importante neste contexto. O que aqueles três investigadores fizeram para a França vamos nós alargar à Europa, tentando perceber como vivemos com esse fantasma que Eduardo Lourenço chama de “inconsciente colonial europeu”. Os fantasmas vão e vêm, como se sabe. Não têm uma boa morte, como diz Jacques Derrida. A descolonização também não teve boa morte em nenhum dos lados. Por

as devidas diferenças, a Guerra Colonial e a Guerra da Argélia têm muitas ligações. Uma dividiu a França, que a podia discutir abertamente no seu regime democrático. Em Portugal, não houve divisão nem discussão, mas a guerra desmembrou completamente o país. Por debaixo do 25 de Abril está a Guerra Colonial.

A questão dos retornados também é marcante nos outros países?

É, sobretudo em França que, tal como em Portugal, vive uma disforia ao constatar que se tratou de uma guerra fora do tempo e sem sentido. Esses despojos de guerra passaram de geração em geração, atingindo os pais que mandaram os filhos para a guerra e, depois, os filhos dos soldados. O Congo não teve guerra, mas houve uma grande insurreição depois da morte de Patrice Lumumba. E é muito significativo que, em 2000, o Parlamento belga tenha iniciado uma investigação para apurar os contornos do seu assassinato. Ao contrário do que se diz, os estudos académicos sobre a questão colonial estão a crescer, com uma produção teórica que nos faz pensar.

Em Portugal também?

Sim. Este conhecimento é determinante para a conciliação e para a paz. Outro exemplo significativo é o do Museu Colonial de Bruxelas, que foi fechado para dar origem a uma nova exposição permanente. Foi uma decisão surgida na sequência da exposição *La Mémoire du Congo. Le Temps Colonial*. Com um título no singular (é a memória, não as memórias) essa mostra testemunha o esforço de se chegar a um ponto de vista comum, conjugando as leituras de historiadores belgas e congolese.

Uma iniciativa desse género seria importante para o diálogo português com as suas colónias?

Importantíssimo. Qualquer investigação no âmbito das Ciências Sociais tem uma motivação política, no sentido em que a política é a vida das pessoas em sociedade, independente da praxis política. Temos a obrigação de fazer o nosso trabalho científico, mas também de devolver qualquer coisa à comunidade.

Que resultados finais estão previstos?

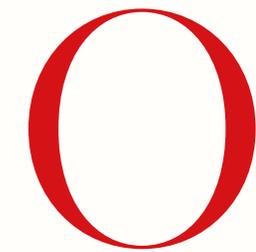
O projeto está dividido em três áreas. Conceitos, com o tal quadro teórico que vamos pensar de raiz. Textos e Representações, que será constituído por entrevistas e por obras literárias e artísticas de diversa natureza que demonstrem a ideia de "transferência de memória". Esta parte dará origem a uma exposição. A terceira área debruça-se sobre os Contextos, com um enfoque mais histórico. Tudo isto será feito em diálogo com consultores de vários países, nomeadamente os ex-colonizados. Porque só podemos pensar a Europa a partir das suas heranças coloniais incluindo o olhar de quem também está a ler Europa do lado de lá. JL



A PAIXÃO DAS IDEIAS

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Cem anos de Educação Cívica



O conjunto de artigos publicados na revista *A Águia* no ano de 1914 por António Sérgio e reunidos em livro pela *Renascença Portuguesa*, há exatamente cem anos, sob o título *Educação Cívica*, constitui um marco importante, que obriga à reflexão. Se retermos a obra nos dias de hoje, facilmente percebemos a sua atualidade, já que se trata de ir ao cerne da questão educativa, sem iludir o tema. Falar de educação é referir-nos a pessoas concretas, é considerarmos uma sociedade tal como existe, é dispor-nos a ligar intimamente o desenvolvimento e a ação pedagógica. É a aprendizagem, o saber de experiências feito, que distingue o progresso e o atraso - e daí a necessidade de haver instrução de qualidade, de existir ligação entre educação, ciência e cultura e de se conseguir contrariar a inércia e a mediocridade.

Do que se trata é de compreender que desinserida a educação da compreensão da sociedade e de um diálogo criador e transformador a partir desta não há autêntico desenvolvimento humano. A alfabetização no centro e norte da Europa, para assegurar a leitura da Bíblia em língua vulgar, preconizada pelas igrejas reformadas, permitiu um importante avanço nas sociedades nórdicas, até pela maior relevância da participação das mulheres na vida socioeconómica. E o certo é que António Sérgio lê a mais moderna literatura pedagógica do seu tempo, como as obras de John Dewey, de Georg Kerschensteiner ou de Adolphe Ferrière, até por ter acompanhado sua mulher, Luísa Sérgio, a Genebra, ao Instituto Jean-Jacques Rousseau, onde esta foi estudar a educação de infância e aprofundar o método Montessori. Em *Educação Cívica*, a escola não se limita a preparar para a vida, já que é uma comunidade ativa, isto é, vida vivida, onde todos, sem exceção, a começar pelas crianças e jovens, são cidadãos na medida das suas capacidades.

António Sérgio é claro ao salientar "a falta de espírito prático do português", resultante da educação "que se dá à mocidade". Faltaria o desenvolvimento da iniciativa individual, em lugar de fazer "viveiros de funcionários". "Os remédios são, evidentemente, uma escola do trabalho e da autonomia, do labor profissional e da iniciativa - uma escola útil para a vida: é essa mesma que vos proponho. Dessa escola não vai banida - bem ao contrário! - a educação estética e filosófica: só nela a arte, a ciência e a filosofia tomam vida, deixam de ser um cadáver mumificado numa se-benta". Mais que as mnemónicas, importa o conhecimento das coisas e da vida. O essencial não são os programas, mas os métodos e o ambiente escolar. "Uma carneirada escolar dá uma carneirada administrativa, e um decorador de compêndios, um amanuense; mas se cada escola for uma cidade, um laboratório, uma oficina; se conseguirmos deslocá-la do enciclopedismo para a criação - o aluno ao sair irá marcado, terá amoldado o seu espírito à iniciativa produtora e virá a ser para a sociedade uma fonte de progresso".

Ao percorrermos os diversos textos que constituem a obra, percebemos por que razão há um verdadeiro cavalo de batalha no sentido da aprendizagem da liberdade e da entreaajuda, da autonomia e da responsabilidade, do autogoverno (self-government) e da República escolar. É, aliás, pelo autogoverno que tudo começa, prosseguindo no objeto e princípios do Município escolar, na organização deste, na justiça, disciplina e resultados, bem como na combinação do autogover-

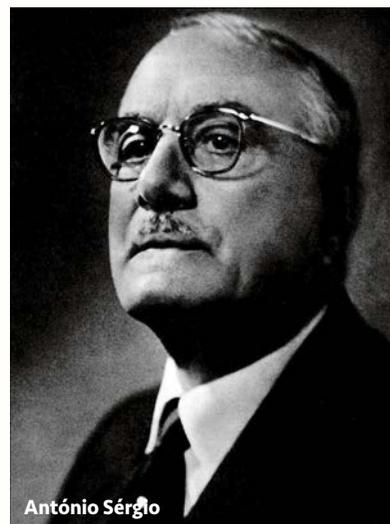
no com um apoio próprio, que permita aproximar todos os cidadãos do serviço público. E sobre o que se deseja verdadeiramente neste esforço de proximidade é o que o Foral do Município Escolar proclama: "O objeto do Município é elevar por meios próprios as virtudes cívicas à sua mais alta expressão; promover a felicidade da vida escolar, concorrer para a eficiência da obra do professor, e pôr em relevo diante dos professores e seus discípulos o grande escopo educativo de encaminhar o indivíduo à formação de hábitos de pensar e agir com os outros generosamente e honestamente, e a sempre se comportar com dignidade e sabedoria".

A liberdade e a responsabilidade devem ser despertadas, e o rigor e a disciplina visam assegurar que o conhecimento e a compreensão se façam a partir da ideia de que é pessoa a pessoa e olhos nos olhos que a educação se concretiza, construindo-se laboriosamente.

"Quão redondamente se ilude quem considere abstratamente o problema pedagógico, fora das concretas relações com a vida económica e política" - ensinou lucidamente António Sérgio. E Vitorino Magalhães Godinho no prefácio à edição, em boa hora, promovida por José Augusto Seabra em 1984, afirma: "O fundamental na doutrina sergiana, é que na escola os educandos se possam organizar como os adultos num município, e assim vão aprendendo, na prática, a desempenhar os papéis sociais da cidadania, a conhecer pela sua própria experiência como funciona a sociedade, e a assumir cada vez mais a responsabilidade dos seus atos e decisões e a plenitude daquilo porque responde o cidadão..."

Na entrevista a Igrejas Caeiro (1958), Sérgio diz ser "talvez filósofo, sociólogo e reformador social e pedagogo". Mas o problema educativo "tal como o concebeu transcendia o pedagogismo e ia bem mais ao fundo da diagnose da sorte de paralisia que afetava o país" - no dizer de Joel Serrão. Além de *Educação Cívica*, há ainda diversas intervenções sobre educação, de sua autoria, que o próprio Sérgio considerou no essencial concentradas nos anos 1914 e 1919, devido à presença em Genebra (de 1914-1916): a educação de infância em novos métodos (*O método Montessori*, com Luísa Estefânia Sérgio); a ligação entre a instrução popular e as atividades de produção, em *A função social dos estudantes* (1917) e *Educação Profissional* (1916); a nova abordagem do ensino histórico, em *Considerações histórico-pedagógicas* (1915); a necessidade das bolsas de estudo no estrangeiro, tratado em *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares* (1914); o combate ao ensino passivo e mnemónico, através de um exercício prático (*Noções de Zoologia*, 1917); e um plano de reorganização - *O ensino como fator do ressurgimento nacional* (1918), bem como o estudo pedagógico (com sua mulher) sobre *Escalas de pontos dos níveis mentais* (1919).

Nas tertúlias de sábado na Travessa do Moinho de Vento, à Lapa, onde acorriam personalidades como Castelo Branco Chaves, Agostinho da Silva e Álvaro Salema, e tantos outros, António Sérgio põe a tônica nas ideias e no seu debate. E o pensador nunca perdeu duas tónicas da sua atitude intelectual: uma corresponde ao gosto da polémica, a que nunca virou as costas; outra é a intuição política que foi revelando desde estes tempos até à decisão da candidatura do general Humberto Delgado. À velha maneira grega, o ensaísta usa do sentido crítico e da maiéutica com persistência e regularidade. Quem disse ser dispensável a formação cívica? JL



António Sérgio

“ Se retermos a obra (de António Sérgio) nos dias de hoje, facilmente percebemos a sua atualidade, já que se trata de ir ao cerne da questão educativa